

EDEMILSON PARANÁ
VALÉRIA LOPES RIBEIRO

VIRTÙ E FORTUNA: A TRAJETÓRIA DA AÇÃO DESENVOLVIMENTISTA CHINESA E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Recebido em 01/2019
Aprovado em 04/2019

VIRTÙ E FORTUNA: A TRAJETÓRIA DA AÇÃO DESENVOLVIMENTISTA CHINESA E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Resumo

O presente artigo analisa a trajetória de desenvolvimento da China frente a novos constrangimentos e desafios contemporâneos, refletindo sobre sua busca pela construção de “rédeas políticas” ao processo de expansão econômica. Para tanto, retomam-se alguns marcos de sua história recente de modo a interpretá-los à luz de suas estruturas e conjunturas adjacentes. São tematizadas as tensões entre transformação e continuidade, bem como a interação complexa entre economia, política e sociedade no desenho do quadro histórico particular em que se dá a ação desenvolvimentista chinesa nas últimas décadas, a recente internacionalização de sua economia e a projeção de seu poder político e econômico pelo mundo. Busca-se analisar, assim, como tal ação estratégica, ainda que atrelada a um certo horizonte político e, portanto, a compromissos de médio e longo prazo, empenha destreza quando convocada à flexibilidade adaptativa diante das recorrentes transformações da conjuntura global – como num constante esforço de “gestão planejada do imprevisível”.

Palavras-chave: China; desenvolvimento; estratégia; conjuntura; estrutura.

EDEMILSON PARANÁ

Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC) e membro docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília (UNB).

edemilsonparana@ufc.br

<https://orcid.org/0000-0003-3487-9677>

VALÉRIA LOPES RIBEIRO

Professora adjunta do bacharelado em Relações Internacionais e do bacharelado em Economia da Universidade Federal do ABC (UFABC). Professora permanente dos Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial (EPM/UFABC) e da Pós-Graduação em Relações Internacionais (PRI/UFABC).

val_ribeiro@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-3885-4805>

Abstract

This article analyzes the development trajectory of China in the face of new constraints and challenges, reflecting on its search for the construction of ‘political reins’ to the process of economic expansion. To this end, some milestones of its recent history are taken up in order to be interpreted in the light of their adjacent structures and conjunctures. It is reviewed the tensions between transformation and continuity, as well as the complex interaction between economy, politics and society in the design of the particular historical context in which takes place, in the last decades, the Chinese developmental action, the recent internationalization of its economy and the projection of its political and economic power over the world. It seeks to analyze, therefore, how such strategic action, although tied to a certain political horizon and, therefore, to medium and long-term commitments, engages dexterity when called to adaptive flexibility in the face of recurrent transformations of the global conjuncture – as in a constant effort of ‘planned management of the unpredictable’.

Keywords: China; development; strategy; conjuncture; structure.

I. Introdução: Maquiavel em Pequim?

Comparo a sorte a um desses rios impetuosos que, quando se irritam, alagam as planícies, arrasam as árvores e as casas, arrastam terras de um lado para levar a outro: todos fogem deles, mas cedem ao seu ímpeto, sem poder detê-los em parte alguma. Mesmo assim, nada impede que, voltando a calma, os homens tomem providências, construam barreiras e diques, de modo que, quando a cheia se repetir, ou o rio flua por um canal, ou sua força se torne menos livre e danosa. O mesmo acontece com a Fortuna, que demonstra a sua força onde não encontra uma Virtù ordenada, pronta para resistir-lhe e volta o seu ímpeto para onde sabe que não foram erguidos diques ou barreiras para contê-las.

Nicolau Maquiavel

Ainda que não tenha sido escrito a partir de seu exemplo, o trecho acima fala diretamente para a milenar civilização chinesa. Sua geo-história de longa duração é atravessada pela repetida construção e destruição de contenções e barragens para reter o ímpeto avassalador de suas águas, em especial dos grandes rios *Huang He* e *Yangtsè*, que atravessam largas porções de seu território. A metáfora mobilizada n’*O Príncipe* para ilustrar a díade *virtù* e fortuna – sinônimo do encontro entre a astúcia da ação humana face à inescapável imprevisibilidade do acaso – não poderia, portanto, ser mais adequada para os propósitos da presente reflexão.

Desde que foram publicadas na Alta Renascença, as descobertas do pensador florentino Nicolau Maquiavel passaram, de uma época a outra, sendo reivindicadas e disputadas em sua espantosa atualidade, ecoando nas mais diversas matrizes de pensamento. Eis do que é feito um clássico. Em sua potência, complexidade e densidade polissêmicas, transcendeu barreiras temporais, geográficas, culturais, políticas e ideológicas para, central ou lateralmente, figurar entre as bases do grande acervo do pensamento ocidental. É que a despeito de interpretações obtusas que seus escritos obtiveram em alguns círculos, esse nosso homem da política segue, no tempo presente,

“falando para nós” (ALTHUSSER, 1999). É precisamente para ouvir o que o sofisticado realismo político de Maquiavel tem a nos dizer sobre questões relevantes da atualidade que o deslocamos, não sem as interpolações necessárias, da Florença renascentista para a turbulenta Pequim do século XXI. De que modo suas formulações, recepcionadas à luz de problemas e indagações contemporâneas, poderiam contribuir para uma interpretação do espantoso desenvolvimento chinês das últimas décadas?

Sem demérito da extensa lista de bem-sucedidas interpretações, matizações e incorporações de seu pensamento já previamente realizadas¹ e, ao contrário, em diálogo aberto com algumas destas, o exercício de análise aqui empreendido fará uma livre apropriação de seu *sistema* [“dialético”, de encontro precário entre] *virtù-fortuna*² para ler a ação desenvolvimentista chinesa nas últimas décadas, bem como alguns de seus desdobramentos – na permanente tensão, ou imprevisível combinatória, entre lutas sociais e constrangimentos sistêmico-estruturais e a laboriosa (e arriscada) empresa para utilizá-los ou reconfigurá-los continuamente em favor de um dado objetivo. Em outros termos, e retomando a metáfora de Maquiavel: quais são e de que modo foram construídos os principais diques e canais de contenção chineses frente às avassaladoras correntes da economia e da política mundial?³

¹ Para um resgate panorâmico de algumas destas leituras e interpretações, ver Miguel (2015, p. 13-63).

² *Virtù* e fortuna podem ser entendidas, respectivamente, como a força, capacidade e competência dos homens para realizarem ou empreenderem ações bem-sucedidas no mundo, de um lado, e os fatores que estão para além de seu controle, como condições fortuitas de boa ou má sorte com as quais são agraciados pelo destino, de outro. Conforme explica Miguel (2015, p. 45, grifos no original): “Fortuna e *virtù* fazem parte de um mesmo sistema, longe de serem categorias estanques. As inovações que os homens de *virtù* introduzem na história também são causa de incerteza, isto é, participam da fortuna. Cada homem de *virtù*, agindo na busca de seus próprios objetivos, tenta remodelar o mundo em que atua, tornando-o mais favorável a si. Isto introduz um novo elemento de descontinuidade e incerteza no ambiente social: ele é *imprevisível* também porque nele se manifesta a ação criadora dos agentes políticos. Para outros, portanto, esta ação é um elemento da fortuna; é legítimo dizer que a fortuna, no final das contas, é em grande medida a resultante das ações não coordenadas de milhares de pessoas que lutam por seus objetivos”.

³ É certo que há uma autonomia plena da política em Maquiavel, vista como um mundo que se explica por si mesmo, movido apenas pelas forças e fraquezas humanas. Desse modo, o autor não foi levado a reconhecer as relações entre o destino dos príncipes, as formas de arranjo social da política e os movimentos da vida econômica, algo que, guardados os devidos paralelos, buscaremos realizar aqui. Nossa apropriação se distancia das formulações do autor, nesse participar, ao tratar como sistemicamente relacionadas as práticas política e econômica, dispostas em relação de autonomia relativa.

Trata-se de refletir, assim, voltando a alguns marcos de sua história recente, não apenas sobre as pretensas “rédeas políticas” do desenvolvimento econômico, mas, e seguindo nesse particular os rastros de Braudel (1968), interpretar tais acontecimentos à luz de suas estruturas e conjunturas adjacentes⁴. De modo mais amplo, buscar-se-á investigar sobre as tensões entre transformação e continuidade, os imbricamentos entre economia, política e sociedade, para, em suma, desenhar o quadro complexo e particular em que se deu a ação desenvolvimentista chinesa nas últimas décadas.

A partir desse enfoque, será possível perceber que tal agência, mesmo que atrelada a compromissos de médio e longo prazo, empenha certa destreza quando convocada à flexibilidade adaptativa diante das venturas e desventuras da conjuntura global – como num constante e inovador esforço de “gestão planejada do imprevisível”. Desse modo, o Estado chinês vem moldando-se, nesse quesito, como uma imponente “estrutura de bambu” – ao mesmo tempo rígida e adaptável ao movimento das intempéries que é mobilizado a enfrentar.

Contando com um mercado consumidor potencial imenso, uma extensa, “disciplinada” e relativamente bem-educada força de trabalho, bem como certo acúmulo prévio de infraestrutura socioeconômica⁵, a abertura chinesa, iniciada no final da década de 1970, foi funcional ao avanço da chamada mundialização financeira (CHESNAIS, 1996, 1997, 2001). Ao possibilitar, junto de outros fatores, a redução dos custos globais de produção (em especial para as corporações com sede nos países industrializados centrais) por meio da realização de enormes ganhos de escala combinados a elevadas taxas de exploração da força de trabalho, a China acabaria por tornar-se a

⁴ Os debates de Fernand Braudel e da Escola dos Annales a respeito da *Longue Durée* no processo histórico guardam intrigante afinidade com a noção de temporalidade mobilizada na retórica política chinesa, que frequentemente significa suas ações como parte de longos processos históricos. Quagio (2009) conta que em 1989, por ocasião dos 200 anos de Revolução Francesa, perguntaram a Deng Xiaoping sobre o impacto deste evento na história da humanidade. “Ainda é cedo para dizer”, teria respondido Deng.

⁵ Para uma leitura do legado maoísta à economia política das reformas, ver Nogueira (2011). Para leituras que enfatizam a linha de continuidade entre as reformas da era Deng e a revolução maoísta, ver Wu Jiglian (2005; 2006) e Zheng Bijian (2005; 2006).

“fábrica do mundo” – uma das novas (e prediletas) fronteiras do processo de transnacionalização do capital. Atualmente, o processo de urbanização chinês, que encontra num espantoso *boom* imobiliário seu epíteto, segue como uma das principais alavancas do crescimento mundial pós-crise financeira de 2008.

Se a China cumpre, desde então, papel importante no avanço da globalização financeira e produtiva, em benefício do reposicionamento dos países capitalistas centrais (em especial os Estados Unidos) nas estruturas globais de investimento, produção e consumo, é igualmente correto que tem se servido amplamente desta. Nas últimas três décadas, para além de alcançar elevado desenvolvimento econômico e redução da pobreza (NOGUEIRA, 2015a), vem subindo degraus na hierarquia (tecnológica) das novas cadeias globais de valor (NOGUEIRA, 2015b), avançando na integração regional em distintos níveis (PEMPEL, 2008; NOGUEIRA, 2008) e, dessa forma, na projeção de seu poder e influência internacional, levando o *sistema interestatal capitalista* a atravessar uma verdadeira “transformação tectônica” (CINTRA; SILVA FILHO & PINTO, 2015, p.30).

Se faz algum sentido admitir, conforme Fiori (2013), que, neste percurso, o desenvolvimento capitalista é mobilizado a serviço da integridade e florescimento da milenar civilização chinesa (sobretudo na representação, retórica e planos de ação produzidos e levados a cabo pelo Partido Comunista Chinês, a autoridade política máxima do país⁶), mais do que em torno da presença de *Adam Smith em Pequim*, conforme título de conhecida obra de Giovanni Arrighi (2008), caberia nos perguntarmos alternativamente sobre o espectro de Nicolau Maquiavel a rondar a sede do poder chinês. Dito de outra forma, de que modo O Príncipe, consubstanciado na figura do partido, “intelectual coletivo” e portador da autoridade do Estado, concebe e realiza, com maior ou menor sucesso, o dito direcionamento dos constrangimentos

⁶ Deng Xiaoping, por exemplo, um dos principais formuladores da política de *reforma e abertura* ainda em curso, é enfático, em diversas ocasiões, quanto à diretiva de que o desenvolvimento do país deveria estar prioritariamente a serviço de sua política de defesa (MARTI, 2007).

e oportunidades abertas pelas transformações do capitalismo mundial nas últimas décadas por meio de ações de governo.

Como se perceberá, o exercício não é fortuito. Há flagrantes paralelos entre as ideias de Nicolau Maquiavel e do filósofo pragmático chinês Han Feizi⁷, que cada vez mais aparece nos discursos das autoridades chinesas contemporâneas (MITCHEL, 2015). Alguns estudiosos (FRANZ-STEFAN, 2015; KAI, 2015; RYAN, 2015) já se perguntam inclusive sobre uma visão tipicamente maquiaveliana de poder implícita ou explícita nas ações recentes das autoridades chinesas.

No que concerne ao percurso argumentativo deste trabalho, depois de apresentado nesta introdução o ferramental de análise mobilizado, procederemos a uma breve discussão sobre o horizonte político das ações chinesas nas últimas décadas (seu *leitmotiv*). Feito isso, passaremos a um desenho do quadro estrutural mais amplo, bem como das condições históricas particulares em que se insere a ação desenvolvimentista chinesa. Por fim, apontando para a recente internacionalização da economia chinesa e a projeção de seu poder político e econômico pelo mundo, serão tematizados alguns dos novos constrangimentos e desafios que se colocam contemporaneamente ao desenvolvimentismo chinês.

⁷ Han Feizi foi um filósofo da China antiga da era Han. Conselheiro de reis, foi um dos precursores da doutrina conhecida como legalismo. Seus escritos versam sobre a lei, os Estados e o poder. Para mais, ver Cheng (2008).

2. De Mao a Deng: a construção de um projeto nacional

Só se pode falar alto [no sistema mundial] quando se tem muito dinheiro.

Deng Xiaoping

A revolução vitoriosa de 1949, momento fundacional da República Popular da China, guarda, para além do conteúdo declaradamente comunista, uma forte componente nacional. Ainda que represente a destruição de muitas das estruturas milenares até então típicas do grande Império do Meio (BRAUDEL, 1989), pode ser entendida adicionalmente como o início de um processo de renovação nacional após o fim de um longo período de desintegração e instabilidade social. Desse modo, esta aparece na narrativa dominante de autorrepresentação do país como importante marco do empreendimento de retomada da autonomia, integridade e esplendor característicos da milenar civilização chinesa⁸.

É certo que tal imaginário foi mobilizado de distintas formas, desde então, ao sabor das lutas internas pelo poder em cada fase (BLOODWORTH & BLOODWORTH, 2004). Em qualquer tonalidade dada a essas imagens, no entanto, tratou-se, incontestavelmente, de vinculá-las ao fim do doloroso *século de humilhação* (1829-1949), período em que o país mais populoso do planeta viu seu destino subjugado à ação das potências imperialistas da época – Japão, Rússia, França e, em especial, Inglaterra⁹.

⁸ Conforme um importante intelectual do Partido Comunista Chinês (PCCh), “[...] sua rota do desenvolvimento encerra a essência da cultura tradicional da China ao longo de 5.000 anos” (WEIGUANG, 2008, p. 199).

⁹ Conforme Cunha e Acioly (2009, p. 346): “Em 1949, sob o comando de Mao Zedong, os comunistas se impuseram a tarefa de recuperar o poderio chinês. Deste então, em vários momentos, manifestou-se o desejo de sobrepujar as potências ocidentais. [...] Mesmo hoje, as lideranças chinesas apontam que o ano de 2050 marcará a realização da promessa de Mao de que a China concretizaria seu *catching up*, deixando para trás mais de cem anos de derrotas e humilhações (WU JIGLIAN, 2005; ZHENG BIJIAN, 2005; 2006; MARBUBANI, 2005; ZWIG & JIANHAI, 2005; HUTTON, 2007). É neste contexto que alguns sinólogos sugerem que a proclamação da república e a revolução comunista são movimentos iniciais de reafirmação da nação (PINTO, 2000; FAIRBANK & GOLDMAN, 2008)”.

Da revolta popular e tomada do poder (1949), passando pela revolução cultural (1966-1976), chegando às políticas de reforma e abertura das últimas décadas (desde 1978), a reconfiguração das estruturas políticas, bem como as ações de promoção do desenvolvimento econômico, distintamente concebidas em cada uma dessas fases, tem estado invariavelmente vinculada às estratégias e políticas de defesa nacional, em busca da recuperação de uma posição hierarquicamente superior na ordem internacional (WU JIGLIAN, 2005; 2006).

É de amplo conhecimento que poucas alavancas são mais poderosas à expansão capitalista do que a ação ativa e empreendedora do Estado (JESSOP, 1991; MAZZUCATO, 2014), em especial quando potencializada por esforços concentrados de guerra (NOBLE, 1985; MEDEIROS, 2003). Eis o fio condutor que liga períodos tão distintos quanto as eras Mao Zedong e Deng Xiaoping¹⁰ – e sem o qual teríamos dificuldades para captar o fundamental para além dos espantosos números do desenvolvimento chinês dos últimos anos: a busca por uma posição autônoma no xadrez geopolítico internacional. É precisamente aqui, conforme epígrafe desta seção, que capital, exército e poder do Estado encontram-se na conformação de um conceito radicalmente “material” de poder que orientará a ação desenvolvimentista chinesa¹¹.

¹⁰ De uma época a outra, o horizonte cognitivo de leitura da realidade socioeconômica a partir da tensão típica entre forças produtivas e relações sociais de produção, em esquema conceitual de base marxista, permanece em disputa na política chinesa. Deng e seus seguidores manifestam a necessidade de superar o período anterior, caracterizado pelos antagonismos de classe na busca por transformações de ordem cultural, por uma nova fase em que o desenvolvimento acelerado das forças produtivas seria a prioridade máxima, instaurando, desse modo, o primado do desenvolvimento das forças produtivas no lugar do primado da luta de classes, típico do período maoísta. A mobilização dessas categorias segue, ainda que com cautela, sendo ativada como elemento de retórica e legitimação política do PCCh junto à população.

¹¹ Diferenciando uma visão material de outra visão relacional a respeito do poder, Miguel (2015, p. 22-23) aponta que, em *O Príncipe*, Maquiavel “está preso a uma visão material do poder, como algo que se possui e que se corporifica em determinados recursos”. Conforme epígrafe desta seção, dentre tantas outras frases e discursos, salta em Deng Xiaoping e em muitas das autoridades chinesas visão análoga a respeito do poder. Tal visão tipicamente realista, de que só o poder controla o poder, é, de alguma forma, parte do aprendizado histórico da “nação”: a longa construção da grande muralha, os conflitos históricos com diferentes povos, dentre eles os mongóis, e a histórica preocupação da China Imperial em ver-se subjugada a algum exército estrangeiro, perdendo a integridade de seu vasto território e grande população, apontam para este aspecto.

É igualmente seguindo tal fio analítico – a natureza política e estratégica das reformas – que Fiori (2013) retrocede ao fim da década de 1950, momento do chamado cisma sino-soviético, o início do “grande salto capitalista” chinês. À contenção da ameaça soviética em suas fronteiras por meio de uma política de “defesa ativa” seria acoplada uma ousada “ofensiva” político-diplomática de reaproximação com os Estados Unidos da América (EUA), unindo Mao e Nixon na delimitação de uma “linha horizontal” (do Oriente Médio ao Japão) de contenção aos soviéticos. Para Kissinger (2011), dado que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era percebida como a principal ameaça à sua segurança, a China foi reintegrada ao circuito econômico global a convite dos EUA.

Neste ponto, a mencionada afinidade eletiva entre a reestruturação produtiva no capitalismo central sob a globalização financeira e a abertura econômica chinesa ganha seu conteúdo político-diplomático: uma nova onda de investimentos ocidentais, estadunidenses em especial, é recebida pelo Estado chinês como oportunidade para promover o fortalecimento de sua capacidade defensiva, ao que estaria submetida a busca pela ativação de seu desenvolvimento econômico¹². É quando, em 1975, Zhou Enlai¹³ propõe o “programa das quatro modernizações” (indústria, agricultura, ciência e tecnologia, forças armadas), que mais tarde ensejaria o início do grande processo de *reforma e abertura* – ambos implementados por Deng Xiaoping a partir de 1978, após a “derrota” da revolução cultural e a morte dos “grandes líderes da nação”, Mao Zedong e Zhou Enlai, em 1976.

¹² Conforme observa Pinto (2011, p. 24): “Além do bloqueio soviético, essa parceria estratégica, por um lado, criou uma das condições para o início do *milagre econômico chinês*: a inclusão da China ao mercado de bens e ao mercado de capitais dos Estados Unidos, que permitiu sua arrancada exportadora e o acesso chinês ao financiamento internacional americano. Por outro lado, ela permitiu a maior e mais rápida expansão do *território econômico supranacional* americano, pois potencializou significativamente ‘o poder do dólar e dos títulos da dívida pública do governo americano e a capacidade de multiplicação do seu capital financeiro’ (FIORI, 2008, p. 67). Em outras palavras, o acesso da China ao mercado americano foi um dos importantes elementos do processo de expansão da globalização financeira conduzida pelos Estados Unidos”.

¹³ Importante líder do Partido Comunista Chinês, braço direito de Mao Zedong. Desde a fundação da República Popular da China (1949) até sua morte (1976), exerceu o cargo de primeiro-ministro, acumulando o cargo de ministro das relações exteriores de 1949 a 1958.

É a serviço, portanto, de um projeto de ascensão geopolítica, ampliação de sua esfera de defesa e influência regional, e busca de crescente autonomia econômica, militar e tecnológica que as autoridades chinesas submeterão as iniciativas de abertura econômica do país. O objetivo principal desta estratégia de desenvolvimento não é criar uma economia de mercado, mas tornar a China um país moderno, rico e poderoso. Os mecanismos de mercado, portanto, aparecem como meios e não fins em si mesmos (KROEBER, 2011, p. 2).

Com essa orientação conformar-se-á um conjunto de reformas, em movimento contínuo e em várias dimensões – político-institucional, regulatória, econômico-financeira, sociocultural, entre outras, cujos aspectos específicos não são objetivo deste trabalho revisar a fundo, algo ademais já feito com sucesso por outros autores¹⁴. O que cabe assinalar, no entanto, são as características e condições (econômicas, sociais etc.) gerais, bem como sua gestão política, que possibilitaram tal salto em período tão curto de tempo. Seguindo a análise, cumpre pontuar as características gerais que tem ancorado o modelo de ação desenvolvimentista sob investigação, em que, declaradamente, “a reforma é a força motriz, o desenvolvimento o objetivo, e a estabilidade é o pré-requisito” (WEIGUANG, 2008). Sem adentrar aos meandros da estrutura política institucional de comando do país (ver SAI-CH, 2004), cabe apontar as principais diretivas políticas da ação desenvolvimentista chinesa, verificadas no discurso oficial, em consonância com sua prática recente. São estas:

- i) opção pelo desenvolvimento acelerado das forças produtivas como objetivo central das políticas de Estado, com busca, sempre que possível, pela sincronização entre forças produtivas e relações sociais de produção, de equilíbrio entre superestrutura e base econômica;

¹⁴ Para panoramas e reconstruções das políticas e dinâmicas do chamado “milagre econômico chinês”, sob diferentes perspectivas, ver Medeiros (1999; 2006; 2011; 2013), Fairbanke Goldman (2006), Aglietta Landry (2007), Lyrio (2010), Leão (2010; 2011), Pinto (2011), Kissinger (2011), Artus, Mistrale Plagnol (2011), Keidel (2011) e Lardy (2011).

ii) predomínio da propriedade estatal na economia, em coexistência com outros regimes puros ou mistos de propriedade, como forma de manter certa discricionariedade, em última instância, da autoridade política na condução do processo de desenvolvimento;

iii) planejamento, controle e gradualismo na implementação das políticas, sustentados por experimentalismo (teste de sua efetividade em esfera regional para posterior aplicação em esfera nacional) e inovações institucionais (busca por novos modelos e arranjos de funcionamento das instituições econômicas no âmbito do chamado “socialismo com características chinesas”);

iv) manutenção da estabilidade política e social, ancorada em um projeto de soberania nacional conduzido pela liderança do partido como representante da nação, em detrimento da ativação dos antagonismos de classe típicos do período da Revolução Cultural;

v) promoção e fortalecimento do Estado de Direito (*Rule of Law*) e combate à corrupção.

Juntas essas cinco diretrizes resumem a *linha oficial* do Partido Comunista Chinês, que nas últimas quatro décadas tem sido objetivada em expressões como “sociedade harmoniosa”, “desenvolvimento harmonioso”, “visão científica do desenvolvimento” ou “desenvolvimento científico”, “ascensão pacífica”, “construção de uma sociedade moderadamente próspera sob todos os aspectos”, entre outros. Desse modo, sob as diretrizes que passam a caracterizar o processo de *reforma e abertura*, a revolução popular converte-se, por fim, em “socialismo de mercado” ou “socialismo com características chinesas”.

3. A China comunista encontra a mundialização capitalista: a configuração do eixo sino-americano de acumulação

Em um espaço relativamente curto de tempo, a China, de um país agrário e “atrasado” tecnologicamente, transforma-se contemporaneamente em uma superpotência econômica, militar, tecnológica. Após três décadas de crescimento acelerado, o país chega à segunda década do século XXI como a segunda maior economia nacional, o maior exportador, o maior fabricante, o detentor do maior *superávit* em conta corrente e o titular do maior volume de reservas internacionais do mundo. Conforme Burlamaqui (2015, p.278): “a China tornou-se a segunda superpotência econômica, não por meio da equiparação (*catch-up*) com o Ocidente, mas por verdadeiros saltos (*leapfrog*)”.

De alguma forma, o resgate aqui empreendido pretende atualizar e apresentar elementos adicionais a esta discussão. Nesse diapasão, é certo, faz-se incontornável olharmos a ascensão chinesa a partir de suas ações, opções e estratégias na configuração de um modelo de desenvolvimento conduzido pelo Estado. Impõe-se como igualmente inescapável, no entanto, refletirmos sobre as condições históricas particulares que configuram o quadro estrutural em questão – ao mesmo tempo limitador e impulsionador da ação desenvolvimentista passada em revista.

Nesse particular, cabe iniciar demarcando, uma vez mais, que a arrancada chinesa se dá em relação simbiótica com o fenômeno de globalização (liberalização financeira, integração produtiva e abertura comercial) liderada pelos capitais e pelas empresas transnacionais dos países capitalistas centrais – em especial estadunidenses, mas também europeias, japonesas, sul-coreanas etc. – como resposta ativa ao período depressivo da economia mundial, que tem na crise do petróleo (1973) importante marco. A partir deste ponto, desenham-se condicionantes internas e externas ao processo de modernização chinês.

Na esfera interna, o isolamento político-diplomático produto da ruptura sino-soviética, as tensões e dificuldades vinculadas ao período da Revolução Cultural e, mais tarde, as mortes de Mao Zedong e Zhou Enlai (1976), abrem o cenário para a estratégia de desenvolvimento idealizada por Deng Xiaoping e seus seguidores, levada a cabo a partir de 1978 como “uma espécie de gigantesca e prolongada NEP”¹⁵ (LOSURDO, 2004, p.67), que aposta no desenvolvimento das forças produtivas, e não na luta de classes, como elemento central de superação do atraso e do isolamento político-econômico precedentes. Na esfera internacional, a aproximação diplomática entre EUA e China abre a rota para a inclusão do país ao mercado de bens e ao mercado de capitais estadunidenses, dando substância comercial à referida simbiose.

A partir do aprofundamento do processo de desregulamentação e liberalização dos mercados na década de 1980, os investidores internacionais saem em busca de opções antes inacessíveis de ganhos, articulando uma expansão sem precedentes dos fluxos de capitais em todo o mundo (CHESNAIS, 1998). Tal processo, que será articulado por meio da constituição de um novo e ampliado sistema financeiro mundial, é acompanhado pela reestruturação e deslocalização produtiva em curso, com a conseqüente migração de parte considerável das plantas produtivas dos países desenvolvidos para a Ásia e, mais tarde, para os países do Leste Europeu – processo que encontrará afinidade com a revolução informática e o acelerado desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação em curso (PARANÁ, 2016). Neste momento, o Leste Asiático e a China, em especial, mostram-se capazes de ofertar mão de obra barata (e disciplinada), ganhos de escala e outras vantagens competitivas às grandes empresas transnacionais – ampliando as fronteiras do movimento de expansão da economia global, liderado pelos EUA, e sob a batuta do poder renovado do dólar, agora livre da paridade com o ouro.

¹⁵ Remetendo ao período sob a direção de Lenin na URSS, NEP é a sigla pela qual é conhecida a Nova Política Econômica (Novaja Ekonomičeskaja Politika).

Tal circuito de acumulação global contribuiu para transformar a Ásia em um dos principais centros mundiais de produção de manufatura, possibilitando à China, uma das maiores economias da região, ativar a obtenção de grandes vantagens. Isso se deu, sobretudo, por meio da paulatina articulação de cadeias secundárias de indústrias nacionais e regionais que se especializam em ofertar peças, componentes, matérias-primas, energia e infraestrutura, entre outros recursos, possibilitando transbordar parte dessa dinâmica de investimentos para novos e relevantes setores das economias nacionais do Sudeste Asiático. É nessa chave, portanto, que se forma o *cluster* manufatureiro sino-asiático.

A partir de tais transformações, avança a configuração de uma nova divisão internacional do trabalho no âmbito de novas cadeias globais de produção e valor¹⁶. Esses novos fluxos comerciais, produtivos e financeiros têm, em uma ponta, os países capitalistas desenvolvidos, especialmente os EUA, e, na outra, os países do Sudeste Asiático, em especial a China.

O arranjo aprofunda-se e mostra-se funcional à nova fase da economia mundial, que volta a crescer e se expandir, em especial a partir do início do século XXI. Em um dos polos, os EUA – emissores da moeda-reserva mundial, agora livre da paridade ouro-dólar – expandem o crédito, o endividamento das famílias, o *déficit* em contacorrente e, dessa forma, seu passivo externo. No outro, tal passivo encontra países dispostos a atrair investimento estrangeiro para a ampliação de sua capacidade produtiva com ganhos crescentes de competitividade, e baixos preços de produção. A isso somar-se-ão seus próprios esforços de crescimento industrial por meio de elevadas taxas de investimento (passando dos 40%, no caso chinês) e da busca constante pela elevação do conteúdo tecnológico de suas exportações.

¹⁶ Sobre a configuração das cadeias produtivas globais, ver Sturgeon (2002) e Unctad (2013). Para mais informações a respeito da integração da China nas cadeias produtivas globais, ver Nogueira (2012, 2015b), Pinto (2015), Gouveia (2015), Leão (2011).

¹⁷ Para uma discussão detalhada a respeito da constituição do eixo-sino americano de acumulação, ver Pinto (2011, p. 19-77).

Essa é certamente uma das principais transformações estruturais advindas do processo de globalização financeira e produtiva em questão: a nova dinâmica da acumulação capitalista passa a ser liderada pelo eixo sino-americano¹⁷, e não mais pela tríade EUA, Alemanha e Japão (FIORI, 2010; PINTO, 2010). Por meio dessa locomotiva, os Estados Unidos, uma espécie de “minotauro” (VAROUFAKIS, 2016), devoradores dos excedentes globais, ou “gastadores de primeira instância”, crescem ancorados em elevadas taxas de consumo, importação e endividamento, tendo como sua contraparte o avanço da China¹⁸, com suas exportações a baixos preços, elevadas taxas de acumulação de capital e investimento, poupança e reserva, que terminam, por fim, financiando a dívida estadunidense e ampliando a atratividade de seu mercado financeiro para capitais provenientes de todo o globo (logo antes da crise, no início dos anos 2000, os EUA eram o destino de mais de 70% das saídas globais de capital) – o que enseja, inclusive, o transbordamento de efeitos positivos para outras regiões do planeta: América Latina, África e até Europa. Assim, e ao menos até a crise de 2008, vários países auferem *superávits* comerciais, o que permite o acúmulo de reservas internacionais, uma suposta redução da vulnerabilidade externa e até mesmo a realização de políticas voltadas ao estímulo da produção e do emprego. Conforme Varoufakis (2016), por meio de tal arranjo, os chamados *déficits* gêmeos (fiscal e comercial) americanos vêm há décadas absorvendo o excedente de bens e capitais de outros países, produzindo uma espécie de *desequilíbrio equilibrado*, capaz de ostentar durante muito tempo uma aparência de estabilidade e crescimento sustentado.

Como mostra Pinto (2011, p.36), “as correntes de comércio entre a China e os Estados Unidos e entre a China e o mundo elevaram-se em velocidade maior do que a corrente mundial”. Assim é que a simbiose entre a

¹⁸ De acordo com Cintra e Martins (2013, p. 255): “em 2012, o *déficit* no comércio internacional de bens dos Estados Unidos somou US\$ 735,3 bilhões, sendo US\$ 315 bilhões registrados com a China, representando 42,8% do total. Isto significa que quase a metade do *déficit* na balança comercial dos Estados Unidos decorre das relações com as próprias filiais de empresas americanas no exterior, que deslocaram parte de suas estruturas produtivas para a Ásia, sobretudo para a China (WHICHARD, 2003; KREGEL, 2008a; MORAN, 2011)”.

globalização financeira estadunidense e o milagre econômico chinês, e o crescimento da economia mundial em torno deste eixo nas últimas décadas, fizeram aprofundar as complementaridades nas esferas comercial, produtiva e financeira entre os dois países, caracterizando uma nova espécie de “concorrência colaborativa” ou “colaboração competitiva”, algo que o próprio presidente Barack Obama caracterizou como “concorrência amistosa” (ROSSI, 2011, p. 110) – tendo os EUA maior poder nesse processo, naturalmente. Nesse contexto, a China é, ao mesmo tempo, devedora dos Estados Unidos e credora do Estado americano: devedora devido aos altos investimentos diretos estrangeiros estadunidenses no território chinês, credora em razão do acúmulo de suas reservas soberanas na forma de títulos do Tesouro (FIORI, 2008; TAVARES & BELLUZZO, 2004).

A estratégia de acumulação de reservas por meio da compra de títulos do Tesouro dos EUA faz da China, portanto, um dos principais financiadores dos *déficits* estadunidenses. Situado nessa posição (elevados *superávits* nas transações correntes, na conta capital e financeira), o Banco Central da China é levado a manejar sua política cambial de modo a conter a entrada de capitais no país em vias de manter a estabilidade de sua moeda em relação ao dólar – objetivando preservar a competitividade de suas exportações. Essa dimensão de contato entre a política cambial chinesa e os títulos do Tesouro americano acaba apontando para tensões existentes na conexão entre essas duas economias¹⁹. A complexidade de tal relação, especialmente após a crise de 2008 (e também por conta desta), colocou em pauta discussões sobre a sustentabilidade dos desequilíbrios globais em um quadro de alta oferta de liquidez e juros baixos. A crise de 2008 pode ser lida, de certo modo, como uma crise mesma deste arranjo – algo que não será, aqui, objeto de reflexão detida.

¹⁹Vide o que parece se conformar, paulatinamente, como uma mudança substantiva na relação entre os dois países a partir da chegada de Donald Trump à presidência – assunto que não será, aqui, objeto de nossa apreciação.

De qualquer forma, a aposta em abraçar, a seu modo, a globalização, por meio da constituição de um enorme programa de *reforma e abertura*, com a ampliação das esferas econômicas sob coordenação dos mercados, seguiu sendo aprofundada pelas autoridades chinesas, sempre em mediação com os constrangimentos e possibilidades de cada momento. Foi, portanto, aproveitando tal janela de reconfiguração da economia global, e suas eventuais oportunidades (*fortuna*), que o país pode fazer avançar seu projeto nacional de desenvolvimento (*virtú*). Para isso procurou, em linhas gerais, articular taxa de câmbio real competitiva, políticas industrial e de comércio exterior ativas, elevadas taxas de investimento e incorporação do progresso técnico nas empresas locais por meio de parcerias (*jointventures*) com as empresas transnacionais, entre outras ações e estratégias.

4. Os paradoxos do desenvolvimento chinês recente: padrão de crescimento e novos desafios

Vimos que a ascensão chinesa guarda estrutura e conjuntura próprias. Nesse âmbito, mostramos que sua ação desenvolvimentista busca ajustar suas virtudes à fortuna, que, a seu turno, não pode ser, diretamente, prevista ou controlada. Como na metáfora de Maquiavel (2008), procuramos mostrar de que modo o *Príncipe*, consumado na autoridade do Partido que dirige e garante a estabilidade política da nação, vem construindo seus diques e contenções para a turbulenta enxurrada econômica e política mundial que vem de tempos em tempos. Nessa difícil combinatória, seu aparato político de comando foi levado a apresentar, ao mesmo tempo, flexibilidade e resistência, algo que tem sido alcançado por meio de gradualismo e experimentalismo político-institucional, ajustados a partir da perseguição de horizontes de médio e longo prazo. O rígido controle político, por sua vez, força a anuência dos descontentes. Se até aqui essa gigantesca “estrutura de bambu” vem demonstrando resultados econômicos surpreendentes, é certo que, na dura dialética da história, sucesso passado não representa garantia de êxito futuro. Tendo percorrido importantes passos, a China é chamada

a lidar com novos desafios, que se apresentam e se acumulam, nas últimas décadas, em velocidade ainda maior do que o surpreendente cumprimento de suas metas.

Ao menos desde a grande crise de 2008, e com especial ênfase nos últimos anos, o país vem se deparando com vários problemas relacionados ao padrão de acumulação de sua economia (FANG, YANG & MEIYAN, 2009), e, desse modo, com a necessidade de ajustá-lo. O objetivo central dessa transição é a redução da participação (atualmente acima de 40%) do investimento no Produto Interno Bruto (PIB) (em setores sobremaneira intensivos em capital e energia), com elevação do consumo das famílias e ampliação dos serviços públicos e da seguridade social – medidas para conferir sustentabilidade de longo prazo ao crescimento, reduzindo sua dependência externa. No meio do caminho, demandam enfrentamento problemas como o excesso de capacidade industrial instalada (e o conseqüente acúmulo de empresas deficitárias e ociosas), elevada alavancagem, o crescimento das dívidas de províncias e governos locais, bem como do serviço da dívida²⁰ em geral, o baixo desenvolvimento rural e o ainda grande fosso campo-cidade, os graves danos ambientais e a escassez de recursos naturais, entre outros. Ainda que o governo esteja aparentemente consciente das dificuldades e disponha de uma série de instrumentos e recursos para empreender uma mudança no padrão de crescimento, isso não será tarefa simples, já que há estrangulamentos de grande monta.

Um dos principais estrangulamentos colocados à continuidade do crescimento chinês e superação de seus desafios foi certamente a crise financeira mundial de 2008. O país sentiu os efeitos da crise, principalmente por meio de uma queda na demanda global por suas exportações e, a partir daí, enfrentou tais desafios por meio de uma forte alavancagem financeira e expansão dos investimentos estatais, promovendo o que muitos definiram como um “reequilíbrio”. Com taxas menores de crescimento, para os

²⁰ O coeficiente dívida/PIB subiu para 247% em 2015, contra 166% em 2007.

padrões chineses, o governo sinaliza, mais recentemente, para a entrada em um novo ciclo de crescimento baseado na expansão do consumo, o chamado *new normal*.

O novo normal chinês busca agregar ao ciclo anterior – baseado na expansão dos investimentos em infraestrutura e indústria pesada, principalmente via altos investimentos estatais, projetos de construção e urbanização – a modernização tecnológica e o crescimento via consumo interno, num esforço para ampliar o progresso tecnológico e a renda interna.

Nesse novo ciclo, a despeito do direcionamento dos investimentos para o aquecimento da demanda interna, a China não poderá prescindir do acesso aos bens primários que caracterizaram o ciclo anterior²¹, já que o país tem uma base energética e agricultável ainda muito restrita diante de seu espantoso crescimento (e tamanho).

Um exemplo significativo é o petróleo. Até o início dos anos 1990, a China era um grande exportador de petróleo, mas após este período torna-se o segundo maior importador do mundo. A alta demanda está ligada não apenas à expansão da indústria e infraestrutura, mas à expansão da frota de carros, sendo o setor de transporte responsável por um terço do consumo de petróleo no país (JONATHAN & CORNELIUS, 2007 *apud* BLANKENDAL, 2008).

As importações de gás natural também crescem nos últimos anos, apesar do carvão continuar como a principal matriz energética. O carvão representava, em 2012, 66% do total de consumo de energia na China. O petróleo vem em segundo lugar, com 20% do consumo total, e outras fontes contam com o restante: recursos hidrelétricos (8%), gás natural (5%), energia nuclear (1%) e outros recursos (1%). Projeções preveem que a parcela de consumo de carvão deve cair para cerca de 59% em 2035, devido aos objetivos de redução da emissão de carbono do país (EIA – U.S. ENERGY

²¹ Como se sabe, a ampla demanda chinesa por insumos primários, desde matérias-primas para indústria, como minério de ferro e cobre, até recursos energéticos essenciais, como o petróleo, alcançou gigantescos patamares na primeira década do século XXI e permitiu a expansão das exportações dos países periféricos e a melhora do quadro macroeconômico de diversas economias, como o Brasil, a Venezuela e diversos países africanos.

INFORMATION ADMINISTRATION, 2013; BRITISH PETROLEUM, 2012).

Com relação aos recursos alimentares e agrícolas, é importante lembrar que o país possui uma reduzida área agricultável. Segundo o Banco Mundial, em 2008, apenas 11% de toda a terra na China era agricultável. De acordo com Maddison (1995 *apud* MEDEIROS, 2013), a disponibilidade de terra arável *per capita* no país era de 0,08 hectares em 1993, sendo uma das mais baixas do mundo. Essa realidade, aliada ao alto contingente populacional residindo no campo e à alta participação do emprego agrícola no emprego total (39%), implica, segundo Medeiros (2013), o importante desafio de manter uma alta taxa de homem por terra, além da busca constante por elevação de produtividade na agricultura. Como ressalta Bijian (2005), tanto as áreas agricultáveis da China como seus recursos minerais (não obstante serem bastante significativos em números absolutos) são relativamente escassos frente às necessidades da estrutura produtiva. Ainda segundo o autor, a quantidade de recursos hídricos *per capita* na China, por exemplo, é um quarto da média mundial; e a média *per capita* de área cultivável para plantio é apenas 40% da média mundial. Assim, o aumento da demanda chinesa por bens primários deve ser relacionado não apenas a aspectos conjunturais, mas à base material de um país cuja oferta interna de energia, minérios e até mesmo de áreas agricultáveis não é suficiente para atender sua demanda.

Tabela 1. China – Indicadores (2000-2017)

	% do PIB			% do PIB de crescimento	
	200	200	201	2000-	2008-
Despesas de consumo final das famílias	46,2	36,4	39	8,87	8,51
Despesas de consumo final do governo	16,63	13,2	14,4	10,76	9,06
Formação bruta de capital fixo	33,43	40,1	42,9	12,35	11,18
Exportações de bens e serviços	21,23	32	19,6	24,82	7,16
Importações de bens e serviços	18,51	24,9	17,4	24,12	9,43

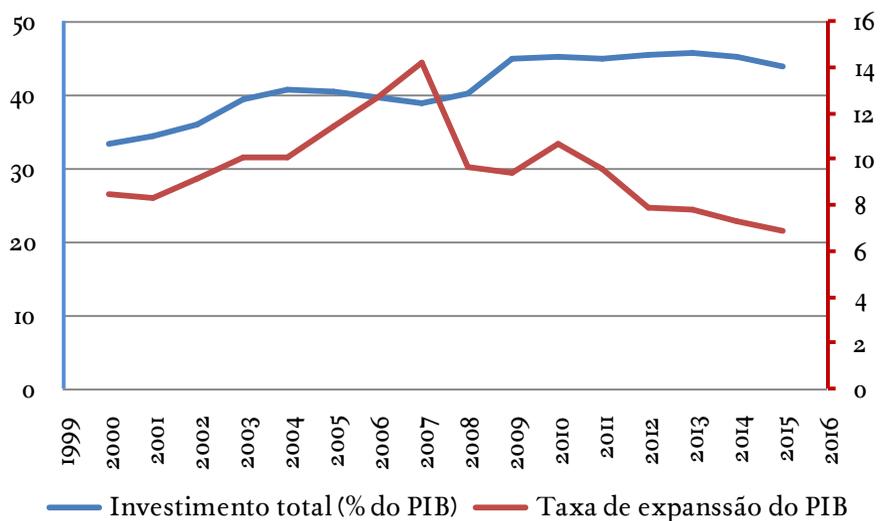
Fonte: WorldBankDatabase, 2017

Tais constrangimentos aliam-se, desde a crise de 2008, a uma conjuntura na qual a queda da demanda global pelas exportações chinesas promove mudanças no próprio padrão de crescimento do país, levando a China a um “reequilíbrio”, ou até mesmo a um novo ciclo econômico. Menores taxas de crescimento, a seu turno, como as observadas no período posterior à crise, fazem com que a demanda que impulsionou o *boom* dos preços das *commodities* comece a apresentar sinais de esgotamento (SHANG-JIN & WEI, 2016; OCAMPO & ERTEN, 2013; CINTRA, SILVA FILHO & PINTO, 2015).

A Tabela 1 traz alguns indicadores da economia chinesa de 2000 a 2017, apresentando dados relacionados ao PIB chinês pela ótica da despesa/consumo: despesas das famílias, do governo, Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e, ainda, exportações e importações. Vemos que, embora não haja grandes transformações, desde os anos 2000, com relação aos determinantes do crescimento do país, algumas mudanças aparecem no período pós-crise de 2008.

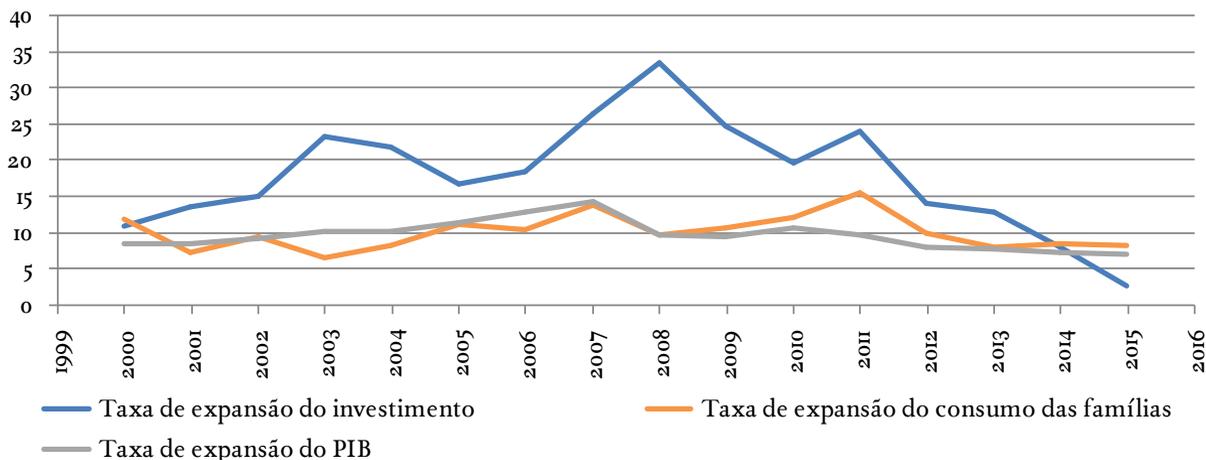
Em 2008, as despesas de consumo das famílias correspondiam a 36,5% do PIB. Em 2016, estas despesas aumentam para 39% do PIB. Apesar do aumento, no

Gráfico 1. China – Investimento total como % do PIB (eixo esquerdo) e expansão do PIB (eixo direito) (2000-2015)



Fonte: World Bank Database, 2018

Gráfico 2. China – Taxas de expansão do PIB, do investimento e do consumo das famílias (2000-2015)



Fonte: World Bank Database, 2018

período entre 2008 e 2016, o ritmo de expansão desse gasto permanece em torno de 8%. Certamente não é possível afirmar que haja uma substituição do investimento pelo consumo como principal motor do crescimento chinês, uma vez que, como também se observa na Tabela, a FBCF se mantém alta (42,9% do PIB em 2016), embora crescendo a uma taxa menor (11,18% ao ano). Há na China, historicamente, uma forte correlação entre investimento e crescimento do PIB, sendo essa variável percebida como o grande motor do crescimento desde a instauração da República Popular (MEDEIROS, 2013). Desde 2008, a participação do investimento no PIB permanece alta, como mostra o Gráfico 1.

Apesar de o investimento permanecer sempre alto como proporção do PIB, quando relacionadas as taxas de expansão (Gráfico 2), é possível observar uma maior convergência, desde 2010, entre as taxas de expansão do PIB, do investimento e do consumo das famílias. A expansão do investimento e do consumo das famílias cresce a taxas mais próximas à taxa de crescimento do PIB, o que sinaliza para o fato de que o consumo das famílias começa a avançar em paralelo ao investimento.

Além das variáveis investimento e consumo, outro dado interessante na Tabela 1 é o referente ao comércio externo. Observa-se, depois de 2008, a

queda da participação das exportações no PIB e a queda do ritmo de expansão das exportações (7,16% entre 2008 e 2016). No caso das importações, o peso é ainda menor (18%). Os dados mostram, então, que, em termos líquidos, o comércio exterior contribuiu relativamente pouco para a expansão do PIB, muito menos que o investimento.

O dado interessante (e novo) que aparece na análise do perfil do investimento chinês atual é que este vem acompanhado de outros gastos importantes, como em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Dados da OCDE apontam que a China já é atualmente o segundo maior investidor em P&D no mundo, atrás apenas dos EUA. O gasto neste segmento sai de 150 bilhões em 2008 para quase 400 bilhões em 2015. Nesse ritmo de expansão, é possível que a China ultrapasse os EUA como o maior investidor neste segmento. Atualmente, os EUA gastam cerca de 460 bilhões em P&D (OECD, 2017).

Essa realidade do padrão de crescimento chinês sinaliza, ademais, para o fato de que um novo processo de *catching up* tecnológico pode estar em curso no país. Há uma forte preocupação com a modernização tecnológica e industrial. A participação da indústria no PIB chinês vem caindo após um longo período de expansão: em 2008 a participação da indústria era de 41% e em 2015 caiu para 34%. Em seu lugar, observou-se a expansão dos serviços, o que pode ser analisado como parte de um processo de maior complexificação da economia chinesa, com a forte expansão de atividades como o *e-commerce* e indústrias mais complexas no quadro da chamada Indústria 4.0 (World Bank Database, 2017). Recentemente, a China lançou o “*China Manufacturing 2025*”, o novo Programa Industrial do país. O projeto prevê a modernização, até 2025, da indústria e o desenvolvimento de seus setores mais avançados – como os que têm conexão com serviços e tecnologia verde, ou ligados à próxima geração de TI, robótica, equipamento espacial, aviação e biomedicina.

Como sugere relatório da OCDE (2015) “*Trade in valueadded: China*”, uma mudança estrutural significativa ocorreu no país nas últimas duas décadas. De um exportador de produtos de baixo valor agregado, como têxteis, o

país passou a grande exportador de produtos de alta tecnologia. Além disso, em diversos setores, essa mudança foi acompanhada de um aumento no valor agregado doméstico, refletindo uma grande habilidade em subir nas cadeias de valor. Em 2008, o valor adicionado doméstico das exportações chinesas era de 68,33%; em 2014, passou para 70,65% (OECD, 2017).

Certamente, mesmo depois da crise, não houve uma interrupção dos investimentos em infraestrutura. Investimentos em ferrovias, sistemas de trem de alta velocidade, bem como a expansão da internet no país continuam a toda força. Segundo DicLo (2016a), essa expansão do investimento deu-se com base na expansão do gasto do governo – embora a expansão da dívida do governo central seja menor comparativamente ao período que seguiu a crise asiática, no fim dos anos 1990. Ainda segundo o autor, outros e novos mecanismos de financiamento foram expandidos, com uma ampla variedade de inovações financeiras, além de gastos de governos locais. Tal expansão monetária e financeira pode se tornar um complicador de longo prazo para a economia chinesa.

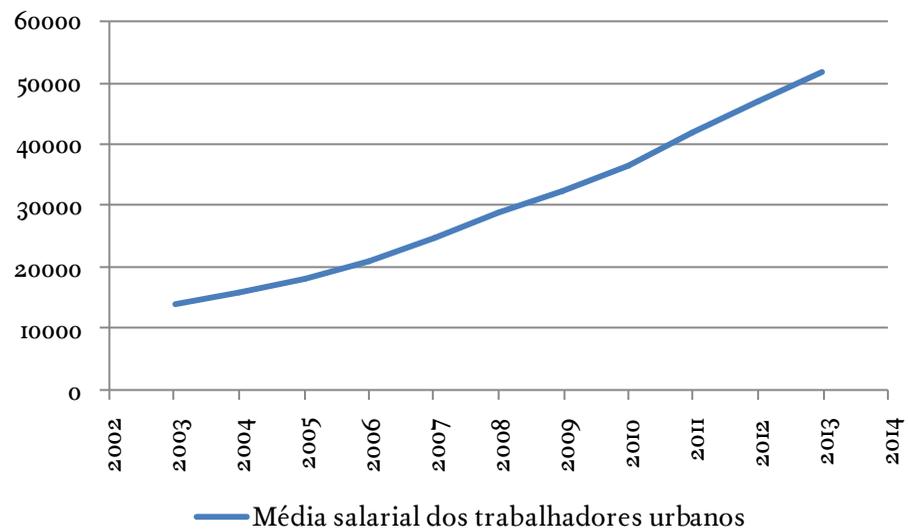
Importa ressaltar ainda que a expansão monetária via diversificação de instrumentos financeiros e dívida de governos locais não sinaliza, de todo, para um processo de expansão financeira em detrimento da indústria. A taxa de lucro na indústria na China não cai desde o fim dos anos 1990 (DIC LO, 2016b). O crescimento chinês segue baseado em expansão produtiva e aumento de produtividade do trabalho, refletindo um modelo que o autor denomina como “Golden Age”, em referência à fase do ciclo de

²² A questão da expansão da proteção social chinesa é um tema ainda pouco analisado. Com o processo de abertura e fim do regime socialista maoísta, ocorreu uma desarticulação quase completa da rede de proteção chinesa, como educação e saúde gratuitas para todos, assim como direitos de seguridade e trabalhistas. Houve, com Deng Xiaoping, um processo de retirada desses direitos, com a população chinesa passando a ter de pagar por ensino (básico e universitário) e serviços de saúde. Nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 2000, o governo vem buscando reverter esse processo, promovendo políticas de expansão da educação gratuita (o ensino básico voltando a ser gratuito para a maioria da população) e formas de financiamento público da saúde via sistemas de crédito.

²³ A China possui um monopólio do sindicalismo através da organização All China Federation of Trade Unions. Nos últimos anos tem-se observado um aumento do número de greves no país que, inclusive, contribui como fator de pressão pelo aumento dos salários. A ACFTU não organiza as greves, mas tenta intermediar os conflitos (LIN, 2016; HERNANDEZ, 2016).

expansão produtiva do pós-segunda guerra nos países capitalistas centrais. Também no pós-2008 verifica-se expansão produtiva com aumento de

Gráfico 3. China – Média salarial (nominal) das pessoas empregadas em unidades urbanas (2003-2013) (yuans)



Fonte: National Bureau Statistics of China, 2017.

produtividade – menos pelo uso direto da oferta de trabalho e mais por um modelo cada vez mais intensivo em capital (*ibidem*).

Observa-se, em adição, a melhora dos padrões de vida e da capacidade de geração de empregos, em que pese a continuidade da diferença de renda. Destacam-se a importância dos esforços (ou concessões, mediante reivindicações) nos últimos anos, por parte do governo, para expandir o sistema de saúde universal²² e em fortalecer os sindicatos²³, o que contribui para aumentar o nível de vida e o poder de barganha dos trabalhadores, com

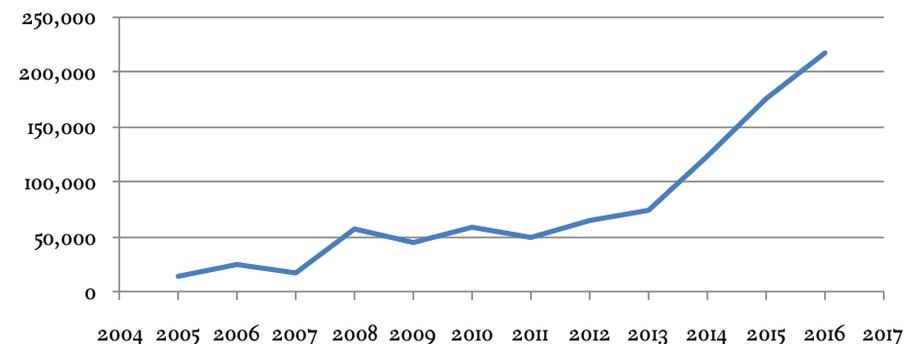
²⁴ Conforme assinala Nogueira (2011), o *danwei* representou, até os anos 1990, uma série de benefícios concedidos aos moradores urbanos empregados nas empresas estatais, em um modelo próximo àqueles dos Estados de bem-estar. Entre esses benefícios estavam garantia de emprego vitalício, previdência, moradia subsidiada, serviços gratuitos de saúde, acesso a alimentos subsidiados e escolas primária e secundária para seus filhos.

potenciais reflexos no crescimento dos salários. No Gráfico 3 é possível observar a expansão dos salários nominais de 2003 a 2013:

Como se observa, ainda que este tenha partido de patamar bastante baixo, houve crescimento do nível salarial ao longo dos últimos anos, inclusive após 2008. Vale ressaltar que há, na China, uma vasta diversificação e complexidade do mercado de trabalho, principalmente nas cidades. Em meados dos anos 1990, por exemplo, após o fim do *danwei*²⁴ e das privatizações e demissões em massa no setor público, houve um crescimento expressivo do emprego informal nas regiões urbanas. Apesar de o salário mínimo dos trabalhadores registrados ter aumentado, houve um crescimento também na diferença salarial entre os trabalhadores formais e informais, ou seja, aqueles que trabalham sem registro de residência urbano (NOGUEIRA, 2011).

Um reflexo do aumento salarial é o aumento do custo da produção, apontado como fator que contribui para o deslocamento de partes da produção manufatureira para regiões próximas à China, na Ásia, com taxas salariais menores. Segundo Pinto (2015), o processo de deslocamento de etapas, estágios ou tarefas específicas da produção industrial chinesa para outras economias asiáticas

Gráfico 4. China – Investimentos externos diretos (para fora) bilhões de dólares (2006-2016)



Fonte: OECD Data, 2017.

²⁵ O que, em parte, pode ajudar a explicar, ou melhor, contextualizar, algumas das recentes tensões observadas na geopolítica internacional.

pode ser compreendido a partir de sua relação coma estratégia “*China plus one*”, na qual o investimento externo direto (IED) chinês é veículo de ampliação da integração econômica do país com seu entorno, aprofundando ainda mais os elos regionais da cadeia produtiva global. Tendo a economia chinesa como eixo articulador, observam-se mudanças que permitem a redução de custos de transação das operações internacionais. Logo, há um aumento de interdependência dos países asiáticos, reforçando os processos de fragmentação e realocização das cadeiras globais de valor (*i.e.*, a indústria de eletrônicos vem impulsionando o crescimento do fluxo de comércio regional e a expansão do IED chinês).

A expansão dos investimentos externos chineses, não apenas na Ásia, mas em todo o mundo, representa uma grande mudança da estratégia de desenvolvimento do país no período posterior à crise de 2008. Em 2016, os IEDs chineses já alcançavam 217 bilhões de dólares, quase se aproximando ao nível dos EUA²⁵.

De acordo com Cintra e Pinto (2016), um dos elementos centrais da estratégia de internacionalização do capital chinês tem sido o apoio à realização de grandes empreendimentos e megaprojetos de infraestrutura, por meio da chamada “diplomacia da infraestrutura” (KROEBER, 2015, p.3). Destaque para o “Cinturão Econômico da Rota da Seda”, anunciado em 2013 pelo presidente Xi Jinping²⁶.

Cumprе recordar que, ao longo de mais de trinta anos, a China foi receptora de uma quantidade crescente de investimentos externos, absorvendo um total de mais de 1 trilhão de dólares em IED entre 1979 e 2010 (SHAMBAUGH, 2013). Após a consolidação do crescimento econômico, a situação se inverte e os chineses avançam projetando seus próprios investimentos externos, com as empresas do país expandindo-se para diversas partes do

²⁶ O objetivo do projeto é extremamente ambicioso e pretende promover mudanças radicais em toda a Ásia Central, contribuindo para integração interna do país e deste com seus vizinhos. A ideia é criar um grande conjunto de infraestruturas (rodoviária, ferroviária e marítima) que ligará a China à Europa, passando por 21 países. O plano conta, ainda, com uma instituição financeira própria, criada para ajudar a financiar as operações, o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB). A China, líder da iniciativa, aportou, de saída, US\$ 40 bilhões no banco (MILLER, 2014). Para Cintra e Pinto (2016, p.17), trata-se de algo nas proporções de um “novo Plano Marshall, que viabilizou a recuperação das economias europeias após a Segunda Guerra Mundial, agora, envolvendo 3 bilhões de habitantes espalhados por dezenas de países”.

mundo, apoiadas em um volume substancial de reservas acumuladas. Trata-se de mudança importante, pois sinaliza uma postura mais ativa com relação à diversificação de seus ativos e maior disposição de expandir-se para fora, seja no âmbito de uma estratégia de diversificação de suas reservas acumuladas, seja como parte de uma estratégia política de afirmação em esfera global.

Em 2009, o volume de reservas chinesas chegou a 2,4 trilhões de dólares. Em 2014, elas já estavam em 4 trilhões. Em 2016, houve uma queda para 3,3 trilhões e, depois, para 3 trilhões, no fim de novembro, a partir de alguns controles impostos pelo governo chinês (OECD, 2017). Como se sabe, boa parte das reservas chinesas é utilizada na compra de títulos do Tesouro americano. Como mostrou Pinto (2010), os chineses possuíam, em 2001, apenas 78,6 bilhões de dólares em títulos do Tesouro, o que correspondia a 7,6% do total. Houve um crescimento significativo do peso da China como detentora destes títulos, da ordem de 1.375%, com os chineses possuindo, em 2010, 26% dos títulos americanos, algo correspondente a mais de 1 trilhão de dólares. A partir de 2011, os chineses continuam comprando esses papéis e, em junho de 2017, passam a possuir 1,146 trilhões em títulos americanos.

Chama a atenção que, entre 2011 e 2017, o ritmo de crescimento dos títulos em posse dos chineses diminuiu consideravelmente em comparação com o período anterior à crise. A média foi de 0,12%, com destaque para o fato de que houve, em 2016, uma queda brusca da compra de títulos por parte dos chineses, com o Japão assumindo a liderança como maior detentor. Em outubro de 2017, a participação dos chineses no total de títulos caiu para 18,7%, parcela bem menor comparada àquela de quase 30% que chegou a ocupar em anos anteriores (DEPARTMENT OF THE TREASURY, 2017).

Simultaneamente ao processo de expansão do investimento estrangeiro direto (IED) chinês e de diversificação de suas reservas, o país vem mobilizando estratégias para internacionalizar sua moeda, incentivando seu uso no comércio exterior, sobretudo em âmbito regional, de modo a reduzir sua dependência global em relação ao dólar (COHEN, 2012). Isso porque quanto

mais empresas nacionais chinesas conseguirem liquidar suas transações e seus investimentos fora do país em sua moeda, menos o Banco Central chinês será forçado a realizar depósitos no sistema financeiro americano. Assim é que “a internacionalização do renminbi decorre da emergência da China como uma potência econômica e comercial (não como potência financeira)” (CINTRA & PINTO, 2016, p. 15).

No âmbito de um claro “movimento em direção à globalização financeira” (CINTRA & SILVA FILHO, 2015, p. 477), o objetivo é promover uma “internacionalização controlada” do renminbi nas trocas comerciais e nas finanças, de modo a se ajustar ao avanço da globalização financeira e produtiva, contrarrestando as assimetrias do sistema monetário internacional que terminam por condicionar o alcance e os graus de liberdade das políticas domésticas e externas chinesas (CINTRA & PINTO, 2016). Desse modo, o governo vem buscando realizar reformas nos mercados financeiros nacionais e, aos poucos, abrir sua conta de capital, como forma de fortalecer as finanças chinesas para a nova fase do país. Trata-se de algo que impõe enormes desafios, uma vez que exige mudanças no atual eixo de seu modelo macroeconômico, caracterizado, como se viu, por taxa de câmbio, taxa de juros, mercado de empréstimos bancários e de dívida pública administrados pelo governo.

Para além de um conjunto de paulatinas transformações no sistema financeiro nacional, as iniciativas lançadas até aqui para conectar, aos poucos, o sistema financeiro doméstico com o internacional concentram-se fundamentalmente na criação de um mercado *offshore* de renminbi em Hong Kong e na tentativa de transformação de Xangai em um grande mercado de capitais (ações e títulos de dívida) – uma espécie de nova capital financeira

²⁷ Cintra e Pinto (2016, p. 8) elencam ainda outras iniciativas como: i) a assinatura de tratados de compensação de operações internacionais em renminbi com quatorze centros financeiros pelo mundo; ii) autorização de cotas específicas de Investidor Institucional Estrangeiro Qualificado em RMB, que permite investidores institucionais estrangeiros utilizarem fundos *offshore* em renminbi para investirem no mercado de capitais chinês e no mercado interbancário de títulos; iii) acordos de swaps com 30 bancos centrais; iv) atuação como prestador de última instância para países com dificuldades de acesso ao mercado financeiro internacional; e v) criação de um sistema de pagamento independente para operações em renminbi.

da Ásia²⁷. Vinculado a tais iniciativas, o renminbi está se internacionalizando com rapidez. No final de 2014, 50 países já estavam usando o renminbi em mais de 10% dos seus pagamentos com a China e Hong Kong, e a moeda já se tornou a quinta mais utilizada do mundo (SWIFT, 2014). Em 2015, o renminbi foi incluído na cesta de moedas que compõe os Direitos Especiais de Saque (SpecialDrawingRights – SDR), uma espécie de ativo cambial complementar gerido pelo FMI – algo que foi recebido como reconhecimento de sua importância crescente.

De qualquer forma, não são poucos os riscos de uma economia com elevada taxa de investimento baseada em crédito, como a chinesa, desacelerar e, simultaneamente, aprofundar a internacionalização de seu sistema financeiro. Por isso, é provável que o governo chinês continue cauteloso, evitando uma completa e abrupta liberalização financeira, o que vem se verificando até aqui²⁸. Defendendo a hipótese de que a “internacionalização do renminbi e das instituições bancárias chinesas enfrenta constrangimentos de grande monta, dados a natureza e os desafios – internos e externos – do processo de desenvolvimento do país”, Cintra e Martins (2013, p. 212-13) sustentam que, por ora, esse processo se constitui basicamente em uma estratégia defensiva.

Cabe lembrar, como apontado anteriormente, que a inserção regional e internacional da economia chinesa está diretamente relacionada à globalização produtiva e financeira liderada pelos EUA e, portanto, no âmbito do sistema monetário global dominado pelo dólar flexível. Vimos igualmente que seu modelo de desenvolvimento é caracterizado por relativo controle doméstico da moeda e do sistema bancário, que funcionam sob condições especiais. Isso acaba por restringir sobremaneira sua capacidade de transbordar capital monetário e bancário para além de suas fronteiras (CINTRA & MARTINS, 2013), com exceção do investimento estrangeiro direto em certos setores, como se demonstrou. Dessa maneira, o país segue atado,

²⁸ Cintra e Pinto (2016, p.11): “de forma inédita, o que torna o processo mais difícil e pouco previsível, [a China] busca internacionalizar o renminbi com controles sobre a conta de capital. Vale dizer, restringindo a plena conversibilidade da moeda ou construindo uma conversibilidade limitada”.

no que se refere à política cambial e ao acúmulo de reservas, às políticas e pressões externas dos países desenvolvidos, liderados pelos EUA. Dado que persistem grandes assimetrias na ordem monetária e financeira internacional, com grande dominância do dólar flexível, o mais provável é que, no médio prazo, o renminbi desempenhe papel relativamente restrito de uma moeda regional (EICHENGREEN & KWAI, 2014).

De qualquer modo, muito parece indicar que, apesar de todos esses desafios e constrangimentos, característicos do novo quadro, as autoridades chinesas seguirão buscando formas de assegurar, no âmbito das reformas, que o sistema financeiro, bem como outras dimensões, siga voltado ao fomento de suas metas globais de crescimento e desenvolvimento econômico e social. Qualquer que seja a nova orientação estratégica, no entanto, os paradoxos do acelerado crescimento chinês seguirão clamando por encaminhamento.

5. Considerações finais

Vimos que a China condicionou estrategicamente, por meio da ação política do Estado, o massivo investimento externo que recebeu a um projeto de desenvolvimento nacional autônomo²⁹. Tal estratégia materializou-se por meio de planejamento estatal (rearticulado em meio às mudanças políticas pelas quais passou o país), manutenção de largas esferas de decisão econômicas sob controle do Estado (em especial em setores estratégicos e de base), relativo controle dos preços macroeconômicos (salários, juros, câmbio), alto

²⁹ Não chega a surpreender o modo como a burocracia do PCCh, no controle da República Popular desde 1949, vem concebendo e ajustando sua estratégia mais ampla de desenvolvimento, profundamente impregnada que está de debates e formulações (dentro e fora do campo marxista) sobre o imperialismo, a dependência e os constrangimentos e possibilidades abertas para o desenvolvimento dos países situados na periferia do sistema-mundo capitalista. As grandes questões do ambiente político-intelectual do pós-guerra e do período revolucionário chinês (a descolonização do Sul global, as revoltas e revoluções de libertação nacional, o Estado dependente) seguiriam, de uma geração a outra, sendo refletidas, revistas e reelaboradas pelos intelectuais e dirigentes do Partido no comando do Estado, sempre à luz dos novos desafios. Wang Weiguang (2008, p. 211), então vice-presidente executivo da Academia Chinesa de Ciências Sociais (ACCS), conta que “alguns trabalhos acadêmicos [brasileiros] famosos foram traduzidos por nossos intelectuais e publicados pelas editoras da ACCS, como, por exemplo, *Desenvolvimento Econômico Latino-Americano*, do professor Celso Furtado, *Imperialismo e Dependência*, do professor Theotônio dos Santos etc”.

investimento em infraestrutura e urbanização, além de acelerada incorporação tecnológica, absorção adaptativa de práticas organizacionais e modelos institucionais ocidentais, sempre voltados à geração de inovação autóctone, e submetidos a objetivos pré-estabelecidos. Isso, combinado a outros fatores, possibilitou ao país crescer economicamente e, sob muitos aspectos, aumentar a renda, nível educacional e qualidade de vida de porção considerável de sua população, ativando um gigantesco e poderoso mercado consumidor – para além do consequente fortalecimento de seu posicionamento econômico e político no sistema internacional. De outro lado, o processo avançado de proletarização da população vem acirrando as contradições com as classes dirigentes do país, o que empurra o ambiente político-social na direção de novas concessões.

Virtù e fortuna. Se é inegável o relativo sucesso de aplicação dessa estratégia (*virtù*) em termos daquilo a que se propôs, em especial tendo em conta o difícil equilíbrio entre limitações e oportunidades vinculadas ao quadro estrutural da economia mundial nas últimas décadas (*fortuna*), não seria prudente ignorar seus inúmeros descaminhos e distorções: a grave degradação ambiental, as crescentes desigualdades sociais e regionais³⁰ e o grande peso do poder econômico na condução da política, a consequente corrupção alastrada por distintos níveis e esferas do aparato estatal, os becos e tensões característicos da falta de participação popular na vida política dentro e fora das instituições formais, as más condições de trabalho e de vida de grande parte da população, a falta de assistência social, o acelerado processo de expropriação e especulação imobiliária, entre tantos outros problemas, ademais aceitos, em alguns casos, aberta e publicamente pelas autoridades governamentais, que, inclusive, vêm elaborando, com maior ou menor sucesso, planos, medidas e políticas para mitigá-los.

³⁰ Para um panorama das crescentes desigualdades na China, ver Nogueira (2015a).

³¹ Nogueira (2015b, p. 60-61) informa que, a despeito de grande pressão internacional, a China tem sido bastante cautelosa na abertura do seu setor de serviços. Desse modo, “O Estado tem mantido um papel central, quando não majoritário, nos principais ramos de serviços que são também *links* produtivos (como no setor financeiro e de telecomunicações, nos quais quatro bancos e três operadoras estatais dominam o mercado), e estimulado o desenvolvimento de firmas nacionais correlacionadas, em especial no caso de equipamentos de telecomunicações”.

Não são residuais, portanto, as contradições do acelerado crescimento chinês a serem enfrentadas no próximo período. No quadro conturbado do capitalismo do século XXI, a necessidade de ajustamento ou “pouso suave” rumo a um modelo de desenvolvimento ancorado no consumo interno e na melhoria da qualidade de vida da população, com taxas de investimento mais modestas, maior peso para os serviços³¹, para setores intensivos em tecnologia e para esferas mais diretamente dirigidas pelas dinâmicas de mercado, encontra-se com a necessidade de constituição de um mercado financeiro mais profundo e complexo (presença mais ativa no jogo internacional da mundialização financeira), e com a consequente perda de discricionariedade política sobre certas decisões econômicas que isso enseja – o que pode vir a reforçar, a seu turno, a desaceleração do crescimento. A isso somam-se a enorme e constante demanda de energia e recursos naturais, o necessário ajustamento das desigualdades globais e regionais do país e, inclusive, direcionamentos mais objetivos de inserção comercial e internacionalização da moeda e capitais chineses pelo mundo.

Mais do que isso, nos últimos anos, a legitimidade social e política da autoridade e direção do PCCh (algo que, como vimos, foi fundamental em sua trajetória de desenvolvimento) teve no intenso processo de inclusão econômica de parcelas sempre crescentes da população uma de suas bases fundamentais. O que a desaceleração do crescimento ensinará em termos dessa dinâmica política – seja em relação às massas de operários e camponeses ou às novas elites empresariais do país? Quais serão as consequências, para a China, de tais embates quanto às complexas equações de disputa pelo poder econômico e político (nacional e internacionalmente)?

O mundo ocidental tem muito, e em distintas áreas, a aprender com a milenar história chinesa e sua experiência recente. Há, no entanto, como se viu, inúmeras questões ainda por serem respondidas. Quando se trata da exuberante civilização “do Meio”, e da relação dialética entre abertura e fechamento que tem mantido ao longo dos séculos com o restante do mundo, convém sempre voltar, rever, reanalisar. O lugar da China na história de nosso tempo segue em aberto.

Referências Bibliográficas

- AGLIETTA, M. & LANDRY, Y. *La Chine vers la superpuissance*. Paris: Economica, 2007.
- ALTHUSSER, L. *Machiavelli and Us*. London, New York: Verso, 1999.
- ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- ARTUS, P.; MISTRAL, J. & PLAGNOL, V. *L'émergence de la Chine: impact économique et implications de politique économique*. Paris: Conseil d'Analyse Économique, 2011.
- BIJIAN, Zheng. "China's peaceful rise to great power status", *Foreign Affairs*, Council of Foreign Relations, New York, v. 84, n. 5, 2005.
- _____. "The internal and external environments of China's development over the next five years". In: GILL, I.; HUANG, Y. & KHARAS, H. (eds.). *East Asian visions*. Washington: World Bank, 2006.
- BLANKENDAL, N. *China's Energy Supply Security: The Quest for African Oil*. Msc Political Science Thesis (International Relations). International School for Humanities and Social Sciences University of Amsterdam, 2008.
- BLOODWORTH, D. & BLOODWORTH, C. P. *The Chinese Machiavelli: 3000 Years of Chinese Statecraft*. London: Transaction Publishers, 2004.
- BRAUDEL, F. "O Extremo Oriente". In: *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *La historia y las ciencias sociales*. Madrid: Alianza, 1968.
- BRITISH PETROLEUM. "British Petroleum Statistic Review", 2012.
- BURLAMAQUI, L. "As finanças globais e o desenvolvimento financeiro chinês: um modelo de governança financeira global conduzido pelo Estado". In: CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, E. B. & PINTO, E. C. (orgs.). *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015, p. 277-334.
- CHENG, A. *História do Pensamento Chinês*. São Paulo: Vozes, 2008.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. "A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro", *Estudos Marxistas*, São Paulo, Hucitec, n. 3, p. 19-46, 1997.
- _____. "Introdução geral". In: _____ (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 11-36.
- _____. "Nova economia: uma conjuntura específica da potência hegemônica no contexto da mundialização do capital", *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, 7 Letras, n. 9, p. 53-85, dez. 2001.
- CINTRA, M. A. M. & MARTINS, A. R. A. O papel do dólar e do renminbi no sistema monetário internacional. In: _____. (org.). *As transformações no sistema monetário internacional*. Brasília: IPEA, 2013, p. 211-321.
- CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, E. B. PINTO, E. C. "Introdução". In: _____. (orgs.). *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015, p. 15-41.
- CINTRA, M. A. M. & SILVA FILHO, E. B. "O sistema financeiro chinês: a grande muralha." In: CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, E. B. & PINTO, E. C. (orgs.). *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015, p. 425-490.

CINTRA, M.A.M. & PINTO, E.C. "China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento", *Revista de Economia Política*, 2016, mimeo.

COHEN, B.J. "The yuan tomorrow? Evaluating China's currency internationalization strategy", *New Political Economy*, South Yorkshire, v. 17, n. 3, p. 361-371, July 2012.

CUNHA, A. & ACIOLY, A. "China: ascensão à condição de potência global: características e implicações". In: CARDOSO, J.; ACIOLY, L. & MATIJASCIC, M. (orgs.). *Trajetórias recentes de desenvolvimentos*. Brasília: IPEA, 2009.

DEPARTMENT OF THE TREASURY. *Federal Reserve Board Data*, 2017. <https://www.federalreserve.gov/data.htm>.

EIA, U.S Energy Information Administration. *EIA Analysis Countries, China.*, 2013. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=CH>. Acesso em: 24/12/2018.

EICHENGREEN, B.; KAWAI, M. Issues for Renminbi Internationalization: An overview. ADBI Working Paper Series, n. 454, Jan. 2014. Disponível em: <http://www.relooney.com/NS3040/000_New_476.pdf>.

FAIRBANK, J. K. & GOLDMAN, M. *China: uma nova história*. Porto Alegre: LP&M, 2006.

FANG, C.; YANG, D. & MEIYAN, W. "Crise e oportunidade: resposta da China à crise financeira global", *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, IPEA, v. 1, n. 1, dez. 2009.

FIORI, J. L. "O sistema interestatal capitalista no início do século XXI". In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. & SERRANO, F. (orgs.). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 173-277.

_____. "Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana". In: ACIOLY, L. & CINTRA, M.A. M. (ed.). *Inserção internacional brasileira*. Brasília: IPEA, v. 1, 2010.

_____. "Sobre o desenvolvimento chinês", *Valor Econômico*, São Paulo, 27, mar. 2013.

FRANZ-STEFAN, G. "Why We Should Study China's Machiavelli?", *The Diplomat*, 22/01/2015. Disponível em: <http://thediplomat.com/2015/01/why-we-should-study-chinas-machiavelli/>. Acesso em: 24/12/2018.

GOUVEIA, E.M. "Relações econômicas entre China e Malásia: comércio, cadeias globais de produção e a indústria de semi-condutores". In: CINTRA, M.A. M.; SILVA FILHO, E. B. & PINTO, E. C. (orgs.). *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015, p. 81-127.

HERNÁNDEZ, J. "Across China, Walmart Faces Labor Unrest as Authorities Stand Aside", *The New York Times*, 17/11/2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/11/17/world/asia/across-china-walmart-faces-labor-unrest-as-authorities-stand-aside.html?_r=0>. Acesso em 04/04/2017.

JESSOP, B. *State Theory: Putting the Capitalist State in Its Place*. Cambridge (UK): Polity, 1990.

KAI, J. "Are China's Leaders Disciples of Machiavelli?", *The Diplomat*, 10/02/2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/02/are-chinas-leaders-disciples-of-machiavelli/>>. Acesso em 04/04/2017.

KEIDEL, A. "China economic developments, prospects and lessons for the international financial system". In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; MRE, 2011.

KISSINGER, H.A. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KROEBER, A. "The renminbi: the political economy of a currency", *Foreign policy*, 07/09/2011.

_____. "The never-ending slowdown", *China Economic Quarterly*, Beijing, november 2015.

LARDY, N. R. *Sustaining China's economic growth after the global financial crisis*. Washington: Peterson Institute, 2011.

LEÃO, R. P. F. *O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas: uma interpretação*. 2010. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

_____. "A articulação produtiva asiática e os efeitos da emergência chinesa" In: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C. & ACIOLY, L. (org.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: IPEA, 2011, p. 115-164.

LIN. "In China, Walmart Retail Workers Walk Out over Unfair Scheduling", *Labor Notes*, 2016. Disponível em: <<http://www.labornotes.org/2016/07/china-walmart-retail-workers-walk-out-over-unfair-scheduling>>. Acesso em: 04/04/2017.

LO, Dic. "Developing or Under-developing? Implications of China's 'Going out' for Late Development", *SOAS Department of Economics Working Paper* no. 198, London, 2016a. Disponível em: <https://www.soas.ac.uk/economics/research/workingpapers/file113670.pdf>

_____. "China Confronts the Great Recession: 'Rebalancing' Neoliberalism, or Else?". In: ARESTIS, P. & SAWYER, M. (eds.) *Emerging Economies During and After the Great Recession*. London: Palgrave Macmillan UK, 2016b.

LOSURDO, D. *Fuga da história?* Rio de Janeiro: Revan, 2004.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARTI, M.E. *A china de Deng Xiaoping*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MAZZUCATO, M. *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014.

MEDEIROS, C.A. "China: entre os séculos XX e XXI". In: FIORI, José L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 379-411.

_____. "The post-war American technological development as a military enterprise", *Contributions to Political Economy*, v. 22, n. 1, p. 41-62, 2003.

_____. "A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática", *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-400, jul./set. 2006.

_____. "Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa". In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia*. Brasília: CGEE, v. 2., 2013, p. 435-489.

_____. "A China e as matérias-primas" In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; MRE, 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/905-Brasil_e_China_no_Reordenamento_das_Relacoes_Internacionais.pdf. Acesso em: 24/12/ 2018.

MIGUEL, L. F. *O nascimento da política moderna: de Maquiavel a Hobbes*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

MILLER, T. "A dream of Asian Empire", *Gavekal Dragonomics*, Beijing, december 2014.

MITCHEL, R. "Is 'China's Machiavelli' Now Its Most Important Political Philosopher?", *The Diplomat*, 16/01/2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/01/is-chinas-machiavelli-now-its-most-important-political-philosopher/>>.

NOGUEIRA, I. "A política regional da China e os processos de integração na Ásia". In: *Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI: (2: Rio de Janeiro: 2008): O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: China*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 289-326, 2008.

_____. *Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza na China contemporânea*. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. “Cadeias produtivas globais e agregação de valor: a posição da China na indústria eletroeletrônica de consumo”, *Revista tempo do mundo*, Brasília, v. 4, n. 3, ago. 2012.

_____. “Desigualdades e políticas públicas na China: investimento, salários e riqueza na era da sociedade harmoniosa”. In: CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, E. B. & PINTO, E. C. (orgs.). *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015^a, p. 237-273.

_____. “Políticas de fomento à ascensão da China nas cadeias globais de valor”. In: CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, E. B. & PINTO, E. C. (orgs.). *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015b, p. 45-79.

OCAMPO, J.A. & ERTEN, B. “The Global Implications of Falling Commodity Prices”, 2013. Disponível em <http://www.project-syndicate.org/commentary/china-s-growthslowdown-and-the-end-of-the-commodity-price-super-cycle-by-jose-antonio-ocampo-andbilge-erten#iRdPGvyaBZhv1xRVV99>. Acesso em: 24/12/2018.

OECD. *OCDE Data*. 2017, 2018. <https://data.oecd.org/>. Acesso em: 24/12/2018.

_____. “Trade in Value Added: China”. In: *OCDE-WTO. Trade in Value Added*. 2015.

PARANÁ, E. *A Finança Digitalizada: capitalista financeiro e revolução informacional*. Florianópolis: Insular, 2016.

PINTO, E. C. “O eixo sino-americano e a inserção externa brasileira: antes e depois da crise”. In: ACIOLY, L. & CINTRA, M. (org.). *Inserção internacional brasileira*, v. 2 Brasília: IPEA, 2010.

_____. “O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras”. In: LEÃO, R. et al ii *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: IPEA, 2011.

_____. A integração econômica entre a China e o Vietnã: estratégia plus one, investimentos e cadeias globais. In: CINTRA, M.A. M.; SILVA FILHO, E. B. & PINTO, E. C. (orgs.). *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015, p. 81-125.

ROSSI, C. “Como fica o Brasil diante do G2?”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.A10, 22/01/2010.

SHAMBAUGH, D. *China Goes Global – A partial power*. Oxford University Press, 2013.

STURGEON, T. “Modular production networks: a new American model of industrial organization”, *Industrial and Corporate Change*, v. 11, n. 3, p. 451-496, 2002.

SWIFT. *50 countries are now using the RMB for more than 10% of their payments value with China and Hong Kong*. Brussels, 26/11/2014.

TAVARES, M. C. E BELLUZZO, L.G. de Mello, “A mundialização do capital e a expansão do poder americano”, In: *O poder americano*, Fiori, J.L. (org.), Rio de Janeiro, Vozes, 2004

UNCTAD. *Global value chains and development: investment and value added trade in the global economy*. Geneva: UNCTAD, 27/02/2013. Disponível em: <<http://unctad.org/en/pages/newsdetails.aspx?OriginalVersionID=411>>. Acesso em: 24/12/2018.

VAROUFAKIS, Y. *O minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

WEI, Shang-Jing; ZHUANXie & XIAOBO Zhang. “From ‘Made in China’ to ‘Innovated in China’: Necessity, Prospect, and Challenges”. *NBER Working Paper* n. 22854, november 2016.

WEIGUANG, Wang. “A reforma, a abertura e a rota do desenvolvimento chinês”. In: *Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI: (2: Rio de Janeiro: 2008): O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: China*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 187-212, 2008.

WORLD BANK DATABASE, 2017, 2018.

WU JIGLIAN. *Understanding and interpreting Chinese economic reform*. Mason: Thomson, 2005.

_____. "Does China need to change its industrializations path?". In: GILL, I.; HUANG, Y. & KHARAS, H. (eds.). *East Asian visions*. Washington: WorldBank, 2006.